

BOLETIM SÃO JOÃO

Abril de 2023



Revisão do Plano de Recursos Hídricos prossegue com sua primeira Oficina de Mobilização





Comitê de Bacia Lagos São João realiza primeira Oficina de Mobilização para a Revisão do Plano de Recursos Hídricos

O objetivo é de nortear a implementação das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos na região

Foi realizada no dia 13 de abril a primeira Oficina de Mobilização para Revisão do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Lagos São João. O evento foi no auditório da Universidade Veiga de Almeida, campus Cabo Frio, e contou com a presença de membros do CBHLSJ, e dos professores Fernando Meirelles (doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) e Eduardo Lanna (doutor em Engenharia Civil), representantes da empresa Água e Solo, contratada para execução da Revisão do Plano de Bacia, além da gerente de Instrumentos

de Gestão de Recursos Hídricos e Governança das Águas do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Moema Versiani.

O Plano de Recursos Hídricos tem o objetivo de nortear a implementação das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos na região. Ele possibilitará o planejamento para o gerenciamento dos recursos naturais a curto, médio e longo prazos, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos, devendo ser acompanhado de revisões periódicas.

O documento contemplará um diagnóstico e um prognóstico da bacia hidrográfica, com apontamento das diretrizes para o uso dos recursos hídricos, contribuindo para orientar a sociedade e os tomadores de decisão para a recuperação, proteção e conservação dos ecossistemas. De acordo com Moema Versiani, o plano é um instrumento de planejamento muito importante e que busca soluções para os principais problemas que impactam os recursos hídricos.

“O Plano de Recursos Hídricos é um instrumento de planejamento muito poderoso e é um instrumento construído a várias mãos, no caso, tem várias instituições envolvidas. O Comitê de Bacia é o ator principal, é quem toma as decisões, mas a gente está junto para construir um plano bem consistente, que faça um bom diagnóstico e, princi-

palmente, aponte soluções”, afirma a gerente de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e Governança das Águas do Inea.

Segundo o professor Eduardo Lanna, uma das principais preocupações é o desordenamento territorial.

“A melhor fonte de informação é a própria população. O que a gente vê como grande problema aqui é o desordenamento territorial. Se as prefeituras não enxergarem isso, a longo prazo, poderemos ter um problema ainda maior. Tem que haver uma ação coletiva envolvendo as comunidades”, considera.

Serão realizadas mais oito consultas públicas para o aperfeiçoamento do plano. O próximo evento está previsto para ocorrer na última semana de julho de 2023. A conclusão do documento está prevista para agosto deste ano.





Defeso dos crustáceos tem novo período de proibição da pesca na Lagoa de Araruama

Interrupção temporária da captura serve garantir o ciclo natural de desenvolvimento das espécies

Começou a valer neste ano um novo período de defeso dos crustáceos na Lagoa de Araruama. A proibição temporária da pesca dos crustáceos teve início no dia 1º de abril e vai até 30 de junho, com o objetivo de garantir o ciclo natural, através do recrutamento e reabastecimento dos estoques naturais. Esta é a primeira vez que o defeso dos crustáceos ocorre separadamente do defeso dos peixes, tradicionalmente entre 1º de agosto e 31 de outubro. O defeso favorece a revitalização dos estoques e colabora para garantir a produção pesqueira no restante do ano.

A separação do defeso da Lagoa de Araruama em dois períodos distintos foi conquistada após nove anos de solicitações da comunidade pesqueira. A mudança ocorreu após esforços conjuntos entre o Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ), o Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), a Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca (SAP), as Associações e Colônias de Pescadores da Lagoa e pesquisadores do tema. A revisão baseou-se em dados científicos sobre a

biologia dos camarões e o conhecimento tradicional das comunidades de pesca artesanal.

“Pela primeira vez estamos experimentando o defeso na época certa, que foi definida em conjunto com os pescadores e, principalmente, com apoio de dados que demonstram que essa é a melhor época. Acredito que vamos ter um abastecimento considerável de camarão na Lagoa, o que vai proporcionar um retorno, principalmente, na parte econômica, pois, dessa maneira, vamos ter um camarão com tamanho maior, preço melhor e com uma quantidade bem maior do que tivemos no passado”, afirma o coordenador da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura do CBHLSJ, Francisco Guimarães, o Chico Pescador.

“Essa mudança vai trazer resultados muito significativos, porque no período que estava proibida a pesca do camarão, ele estava grande. Porém, no período que estava liberado para o crustáceo ser capturado, ele estava no tamanho muito pequeno, de modo que isso levava a um impacto socioeconômico e ambiental significativo”, complementa o presidente do CBHLSJ, Eduardo Pimenta.

O impacto da degradação dos solos



O solo é essencial para a produção de alimentos e para o abastecimento de água, considerando que suas camadas de terra funcionam como filtros naturais para melhoria da qualidade da água.

Apesar de sua grande relevância, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, cerca de 33% dos solos do mundo estão degradados, principalmente por erosão, compactação e contaminação. O mau uso e o manejo inadequado do solo fazem com ele seja degradado mais rapidamente do que a sua capacidade de regeneração,

especialmente em regiões subtropicais e tropicais úmidas, como no Brasil. Segundo cientistas, para formar apenas 1 cm de camada de solo, a natureza precisa de aproximadamente 200 à 400 anos!

Evitar as práticas de deposição, descarga, infiltração, acumulação, injeção ou enterramento de substâncias e produtos que possam poluir nossos solos e subsolos, sejam esses líquidos, gasosos ou sólidos é fundamental. O solo é um ambiente vivo, que requer cuidado, pois nossa sobrevivência depende do cuidado que temos com ele.



Botânica: **o estudo científico** **das plantas e algas**

A Botânica é a ciência que estuda plantas e algas, abrangendo diversas disciplinas científicas. Seu objetivo é compreender o ciclo de vida das plantas, incluindo seu crescimento, reprodução, metabolismo, desenvolvimento, doenças e evolução. A área engloba a fisiologia, morfologia, ecologia vegetal e taxonomia, investigando as características, interações e funcionamento das plantas.

Além de serem fontes de alimentos e remédios, as plantas também são usa-

das na produção de temperos, combustíveis, celulose, fibras para roupas e móveis. As plantas ainda ajudam a manutenção do clima e na estabilização dos solos.

De acordo com os dados da plataforma "Flora e Funga do Brasil", 55% das espécies de plantas terrestres existentes aqui no país são endêmicas, ou seja, exclusivas do nosso território. Por isso, precisamos valorizar e preservar ainda mais nossas espécies. Conhecer nossas plantas é crucial para o nosso futuro!



CBHLSJ realiza visitas técnicas para subsidiar a revisão do Plano de Bacia

Durante o trabalho, foi possível visualizar os locais identificados como possíveis pontos de contaminação e interferências no lençol freático

O Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ) deu um passo importante para a revisão do Plano de Bacia da Região Hidrográfica VI do Estado do Rio de Janeiro. O geólogo André Bonacin, profissional da empresa Água e Solo, contratada para a revisão e complementação do plano, acompanhado pelo setor técnico do CILSJ, visitou os aterros sanitários, aterros controlados e lixões desativados nos municípios de Silva Jardim, Saquarema, São Pedro da Aldeia e Armação dos Búzios. Entre os locais visitados também estiveram a Praia da Ponta da Areia e a Ilha do Boi, em São Pedro, e a Cachoeira do Tingui, em Saquarema.

O objetivo das visitas foi corroborar, presencialmente, dados e informações de interesse para a atualização e aperfeiçoamento do Plano de Bacia. Durante o trabalho, foi possível verificar as condições reais dos possíveis pontos de contaminação e interferências no lençol freático, identificados por pesquisas realiza-

das pela empresa contratada, além de pontos hidrogeológicos importantes para o levantamento de informações e o planejamento de ações voltadas para a gestão dos recursos hídricos.

O Plano de Bacia é um instrumento de planejamento da Política de Gestão de Recursos Hídricos, que estabelece objetivos, diretrizes, critérios e intervenções necessárias para o gerenciamento dos recursos hídricos. O documento serve também para elencar programas, metas, ações e investimentos prioritários, que orientam a sociedade e os tomadores de decisão para a recuperação, proteção e conservação das águas. Esse planejamento possui horizonte de longo prazo, devendo ser acompanhado por revisões e atualizações periódicas.

Segundo a analista técnica do Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), Jéssica Berbat, as visitas técnicas são essenciais para complementar as informações já existentes.

“Fazer o reconhecimento presencial é



fundamental, pois podemos observar os possíveis pontos de contaminação que poderiam afetar as águas superficiais e subterrâneas, por exemplo. Além de possibilitar a realização de registros e a conferência da situação de determinada localidade. Isso possibilita que a realidade seja retratada da forma mais realista na atualização Plano de Bacia”, explica Jéssica.

O Plano da Bacia Hidrográfica Lagos São João apresenta um diagnóstico da situação dos recursos hídricos da Região Hidrográfica VI do Estado do

Rio de Janeiro, além de uma análise sobre o crescimento demográfico, a evolução das atividades produtivas e a modificação dos padrões de ocupação do solo. Prevê, ainda, o balanço entre disponibilidades e demandas atuais e futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais, metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade das águas disponíveis, diretrizes e critérios para cobrança pelo uso dos recursos hídricos e áreas sujeitas a restrições de uso.





A importância dos povos indígenas na proteção das águas e da natureza

Os povos indígenas desempenham um papel fundamental na proteção e conservação da natureza. Ao longo dos séculos, eles desenvolveram um profundo conhecimento e uma relação harmoniosa com o meio ambiente, compreendendo sua interconexão e dependência mútua. No contexto atual de desafios ambientais e ameaças à biodiversidade, é essencial reconhecer o papel crucial dos povos indígenas na preservação dos recursos hídricos e na promoção da sustentabilidade.

Muitas comunidades indígenas estão localizadas em regiões onde se encontram rios, nascentes e outros corpos d'água. Esses povos têm desempenhado um papel vital na conservação desses ecossistemas aquáticos, adotando práticas sustentáveis de uso da água.



Caatinga fluminense é parte da vegetação na Região dos Lagos

A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro. Uma das maiores florestas tropicais sazonalmente secas, possui grande diversidade de ambientes e espécies e rico endemismo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o bioma ocupa aproximadamente 10% do território nacional, ocorrendo em todos os estados da região nordeste e em parte do norte de Minas Gerais, mas o que muita gente não sabe é que, segundo estudiosos, ela também está presente na Região dos Lagos!

A Região dos Lagos apresenta características próprias, como a quebra na linha litorânea do continente, restringindo a chegada de frentes frias devido ao afastamento da Serra do Mar, onde há concentração de umidade. Somada a influência do fenômeno da ressurgência (corrente marinha de água fria), que reduz a evaporação da água e a formação de nuvens é o que permite a ocorrência do clima semiárido e consequentemente manutenção da caatinga.

De acordo com pesquisadores do Rio, referendados por entidades como a

Embrapa, a caatinga fluminense não é exatamente igual do Nordeste em relação às espécies, sendo considerada uma "província microclimática especial", segundo artigos do Professor da Universidade Federal de Viçosa, Dr. Carlos Schaefer.

Chamada de Caatinga Hipoxerófila, pode ser encontrada nos municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia. A paisagem apresenta cactos gigantes, arbustos retorcidos e pequenas flores. As árvores desenvolvem galhos retorcidos e entrelaçados para resistir ao clima seco. O bioma tem até uma espécie endêmica de cactos que só existe nessa região, o *Cactaceae pilosocereus ulei*.

O Dia Nacional da Caatinga foi criado não apenas para homenagear o bioma, mas também para sensibilizar as pessoas sobre a importância da conservação desse ecossistema, único do Brasil, ainda mais na Região dos Lagos onde é considerada a única caatinga litorânea em que o sertão encontrou o mar.

CBHLSJ convida às Instituições da Sociedade Civil Organizada para compor a Plenária do Biênio 2023-2025

Confira as condições que a instituição deverá atender para se inscrever

O Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ) convida às Instituições da Sociedade Civil Organizada da Região Hidrográfica VI (RH VI) para inscrição na composição de sua Plenária para o Biênio 2023-2025.

A Plenária é composta por membros do segmento Poder Público, dos Usuários da Água e da Sociedade Civil Organizada, sendo fundamental a manutenção da paridade em sua composição de forma a garantir a igualdade e a representatividade dos diferentes segmentos que a constituem. Neste sentido, o CBHLSJ visa fomentar a participação Sociedade Civil

Organizada em sua composição.

Confira as condições que a instituição deverá atender para se inscrever ao segmento da Sociedade Civil do CBHLSJ:

De acordo com a Resolução CERHI N° 78/2011, são consideradas Organizações da Sociedade Civil de Interesse dos Recursos Hídricos as seguintes entidades:

- I – Consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas;
- II – Associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos de uso não consuntivos;
- III – Organizações técnicas, de ensino e pesquisa, voltados aos recursos



hídricos e ambientais;

IV – Organizações não governamentais com objetivo de defesa dos interesses difusos e coletivos da sociedade com atuação comprovada em recursos hídricos e meio ambiente;

V – Outras organizações assim reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) desde que comprovadas estatutariamente e com atuação comprovada em Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

Para integrar o CBHLSJ, as Organizações da Sociedade Civil devem ser legalmente constituídas há, no mínimo, dois anos, e ter atuação comprovada na área Região Hidrográfica Lagos São João.

Saiba a documentação necessária:

Para se habilitarem a concorrer as vagas neste segmento, as organizações interessadas deverão encaminhar ao e-mail cbhlagossaojoao@gmail.com os

seguintes documentos:

Ficha de inscrição, disponível no site.

Ofício da instituição com a indicação de seus representantes titular e suplente, com seus respectivos contatos (telefone e e-mail);

Cópia das versões registradas de seus estatutos, ata de eleição e posse da atual diretoria;

Memorial descritivo resumido das atividades desenvolvidas nos últimos dois anos, que comprovem a atuação em defesa dos recursos hídricos e meio ambiente, incluindo datas e anexos comprobatórios.

Em caso de dúvidas, acesse o ofício na íntegra (disponível no site), ou entre em contato com o Consórcio Intermunicipal Lagos São João, entidade delegatária do CBHLSJ, através do e-mail cbhlagossaojoao@gmail.com ou do número (22) 98841-2358.





Endereço

Rodovia Amaral Peixoto Km 106
Balneário | São Pedro da Aldeia

Contatos

(22) 98841-2358

cbhlagossaojoao@gmail.com
www.cbhlagossaojoao.org.br



CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL
LAGOS
SÃO JOÃO